

MATO GROSSO DO SUL

Crise triplica pedidos de recuperação judicial de empresas

Dificuldades em manter fluxo de caixa nas empresas elevaram pedidos no Estado

DANIELLA ARRUDA

Agravamento da recessão econômica e dificuldades das empresas em manter o fluxo de caixa e ao mesmo tempo arcar com aumento dos custos de produção fizeram aumentar em 370% o número de pedidos de recuperação judicial em Mato Grosso do Sul de janeiro a outubro deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Conforme dados do Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações, enquanto em 2014 foram seis solicitações requeridas à Justiça no Estado, neste ano o número saltou para 22 requerimentos.

Quando considerada a quantidade de pedidos deferidos — situação em que o processo foi analisado pelo juiz e a empresa deverá apresentar plano de recuperação para então ser decidida ou não a concessão do pedido —, o crescimento foi de 225%, de oito para 19 solicitações. Neste ano, uma recuperação judicial foi aprovada no Estado, o mesmo número registrado no ano passado. A única recuperação judicial de 2015 até agora foi concedida no mês de outubro.

O Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações também aponta que cinco empresas ingressaram com pedido de falência na Justiça de janeiro a outubro deste ano, contra seis no ano passado. Enquanto em 2014 nenhum pedido foi concedido, neste ano foi decretada falência de uma empresa.

PAÍS

De janeiro a outubro deste ano, o número de recuperações judiciais requeridas no País foi 41,4% superior ao re-

gistrado no mesmo período do ano passado, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. Foram 1.015 ocorrências contra 718 apuradas nos dez primeiros meses de 2014. O resultado é o maior para o acumulado dos dez primeiros meses do ano desde 2006, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências (junho/2005).

Na análise mês a mês, o Indicador verificou queda de requerimentos de recuperação judicial em outubro/2015, em relação a setembro/2015, uma queda de 30,61% (147 em setembro para 102 em outubro). Já na comparação entre outubro/2015 e outubro/2014 a alta foi de 17,24% de 87 para 102.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, o aprofundamento da recessão econômica, os custos do crédito cada vez mais elevados e a alta acumulada do dólar neste ano estão impondo dificuldades financeiras às empresas, seja pelo enfraquecimento da geração de caixa (recessão), seja pela elevação de custos (juros e dólar). Neste ambiente, a solvência empresarial fica pressionada, culminando em aumentos nos pedidos de falências e recuperações judiciais.

Nos primeiros dez meses do ano foram realizados 1.483 pedidos de falências no País, um aumento de 5,55% em relação a igual período de 2014, quando foram registrados 1.405. Ainda segundo o Indicador, em outubro/2015, foram requeridas 157 falências, queda de 7,65% em relação ao mês anterior, quando ocorreram 170 solicitações. Já em relação a outubro/2014 (com 142 falências requeridas) a alta foi de 10,56%.



DIVULGAÇÃO

USINA. Em recuperação judicial desde 2013, usina de etanol teve falência impetrada em agosto deste ano por dívida com o BNDES

Usina São Fernando

Empresa: Usina São Fernando Açúcar e Alcool Ltda., São Fernando Energia Ltda., São Fernando Energia II Ltda., São Marcos Energia e Participações Ltda. e São Pio Energia e Participações Ltda.

Atividade: segmento sucroenergético

Dívida: R\$ 1,3 bilhão

Quando e onde pediu: 12 de abril de 2013, em Dourados

Andamento do processo: Alvo de ação de falência impetrada em agosto deste ano por atraso nos pagamentos da dívida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social (BNDES), um de seus mais de 260 credores, o grupo apresentou em outubro pedido de alteração no plano de recuperação judicial. Conforme última movimentação do processo, da semana passada, os credores receberam prazo para manifestar se aceitam ou não a mudança. No caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Justiça determinou que a instituição financeira informe se tem interesse em nova assembleia geral de credores, ou se insiste no pedido de imediata falência das empresas.



VALDENIR REZENDE/ARQUIVO

FARMÁCIAS. Rede reduziu número de estabelecimentos, mas prossegue em recuperação judicial com dívida de R\$ 73,9 milhões

Farmácias da São Bento

Empresa: Rede São Bento (formada pelas empresas São Bento Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda., Distribuidora Brasil de Medicamentos - Ltda., Transmed Distribuidora de Medicamentos Hospitalares Ltda. e 6F Participações e Empreendimentos Ltda.)

Atividade: ramo farmacêutico

Quando e onde pediu: 9 de janeiro de 2015, em Campo Grande

Dívida: R\$ 73,9 milhões

Andamento do processo: Pedido foi deferido no mesmo

mês pela Vara de Falências, Recuperações Cíveis em Geral, sendo fixada suspensão por 180 dias das ações e execuções contra as devedoras. Em julho o grupo apresentou plano de recuperação com as ações previstas para a reestruturação e no dia 3 de setembro, diante de objeções interpostas por alguns dos 50 credores ao plano de recuperação, o juiz responsável prorrogou por mais 180 dias o prazo de execução judicial das empresas, até a realização de assembleia geral dos credores, ainda não agendada.

Grupo Pinesso também entrou com pedido este ano

Empresa: Grupo Pinesso

Atividade: produção de grãos e fibras

Quando e onde pediu: 6 de julho de 2015, em Campo Grande

Dívida: R\$ 571 milhões

Andamento do processo: O pedido foi deferido pela Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e Cumprimento de Cartas Precatórias Cíveis

em Geral em 15 de julho.

No dia 16 de outubro, o grupo apresentou plano de recuperação com as ações previstas para a reestruturação e o juiz responsável

determinou a publicação de edital de aviso aos 22 credores citados no processo, com prazo de trinta dias para que eles apresentem suas objeções.



Saiba

Qual a diferença entre os pedidos

Recuperação Requerida: Quando a empresa entra com o pedido de recuperação em juízo, acompanhado da documentação prevista em lei, e que será analisado pelo juiz. Neste momento, verificará se o pedido poderá ser aceito. **Recuperação Deferida:** A documentação foi analisada pelo juiz e está correta e o pedido pode prosseguir para a próxima etapa, que será a apresentação do plano de recuperação, mas isso não significa que a recuperação será concedida.

Recuperação Concedida: Uma vez que passou por todos os passos e cumpridas as exigências de lei, foi acatado o pedido, quando a empresa permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano.

LOGÍSTICA

Governo eleva para 10,6% taxa de retorno de concessões ferroviárias

COM AGÊNCIAS

O Ministério da Fazenda informou ontem que decidiu elevar a taxa interna de retorno (TIR) de referência para os investidores interessados nos próximos leilões de concessões de ferrovias do País, de 8,5 por cento para 10,6 por cento.

A “atualização tem objetivo de tornar os ativos ferroviários no Brasil competitivos com re-

lação a alternativas semelhantes de investimento”, afirmou o ministério em comunicado à imprensa.

As concessões de ferrovias estão situadas em importantes áreas agrícolas brasileiras, o que poderá elevar a competitividade do agronegócio e de outros produtos do País no futuro.

A medida ocorre depois de o governo federal já ter ele-

vado a taxa de retorno das novas concessões de aeroportos, portos e rodovias, em julho, também em esforço para tornar o programa de concessões mais atraente ao investidor.

A Fazenda apontou que o valor de referência não equivale à taxa efetiva de retorno dos próximos leilões, que depende de características de cada concessão.



DIVULGAÇÃO

CONCESSÃO. Governo eleva valor da concessão de ferrovias no País

Os próximos trechos ferroviários a serem concedidos na segunda etapa do Programa envolvem Ferrovia Norte-Sul entre Açailândia (MA)/Barcarena (PA) e Palmas (TO)/Anápolis(GO), com investimento estimado de R\$ 7,8 bilhões; trechos da mesma via entre Anápolis(GO)/Estrela D’Oeste (SP) e Estrela D’Oeste (SP)/Três Lagoas (MS), com investimento de R\$ 4,9 bilhões; e trecho da ferrovia Lucas do Rio Verde (MT)/Miritituba (PA), com R\$ 9,9 bilhões. Estudos sobre as concessões “estão prontos”.